

Ata da Assembleia Geral Ordinária- Dia: 14 de outubro de 2015 Início: 9h em segunda chamada. Local: **SEPACOM – Casa de Participação Comunitária, sita à Av. Rei Alberto I, nº119 – Ponta da Praia – Santos – SP.**

PARTICIPANTES: Verificação conforme lista de presença anexa. Justificaram ausência os seguintes conselheiros: João Bosco – Dirigente Regional de Ensino por motivos de reunião; Regina Helena Burgos Pimentel dos Santos, do CIEE por motivos de férias.

Iniciada a reunião o Presidente Sr. Carlos Mota cumprimenta os presentes e diz que por excepcionalidade esta assembleia se realiza em data divergente do calendário, face a eleição do Conselho Tutelar. Coloca em pauta o **item 1** – Apreciação e deliberação da Ata da assembleia anterior: Após a observação da conselheira Rose – SEDUC na linha 276, onde se lê “férias” leia-se: “ausência e comunica que estará em férias no período” a mesma foi **APROVADA.** **Item 2 – Relatos da Comissão Infante Juvenil:** Os membros da Comissão relatam problemas com a saída de amigos da Comissão. Informam sobre a Semana da Juventude onde houve muitos relatos de jovens sobre a forma que são abordados por policiais, com abusos e constrangimento. Falam ainda sobre o Ensino Médio e a necessidade de revolucionar o ensino. Adolescente Paulo relata que após a reunião da Ago de 06/09/2015 deste conselho, ao chegar na Escola Fernando Azevedo, foi transferido de classe sem nenhuma explicação ou motivo transparente. Procurou explicação com a direção da escola mas infelizmente não foi atendido,. Procurou então o CMDCA na figura da Coordenadora da Comissão Flávia Lima que com outros representantes do CMDCA foram ao Ministério Público falar com o Promotor Dr. Carmelo e expor o caso. Ele ouviu e decidiu por uma liminar “intimando a escola a rever a transferência do adolescente. A jovem Milena fala que infelizmente é uma situação muito chata, “não somos ouvidos nessa escola”. Paulo agradece a ajuda do CMDCA e diz que retornou a sala original mas com algumas restrições. Larissa reforça sua opinião sobre a escola dizendo que infelizmente os alunos não são ouvidos. Luci fala que é preciso darmos mais apoio a esses adolescentes e lamenta a ausência do conselheiro João Bosco, Dirigente Regional de Ensino que poderia dar as explicações necessárias e também do representante da Polícia Militar para ouvir o relato sobre a atuação de seu contingente junto aos jovens. Luci trouxe e entregou à Comissão Infante Juvenil cópia do Regimento Interno da Escola Marques de São Vicente onde são definidas as funções do diretor, coordenador e demais componentes da equipe e reforçou que o Regimento Interno é de livre acesso. Questiona sobre os Planos Municipais que estão no Portal e precisa chamar os diretores para conversar e também oficiar o CIEE para saber quem está conveniado ou não. É necessário entender o que está acontecendo com o ensino estadual. Flavia Lima fala o quanto aprendemos com a luta desses adolescentes. Pergunta o que faz uma direção trocar um adolescente incrível, o melhor da classe para outra sala sem motivo aparente. Explica que o adolescente sofreu intimidação por parte da diretora e foi muito complicado o que aconteceu durante a semana. A escola cumpriu a liminar e só ontem voltou para sua sala. Flávia desabafa dizendo que tem dúvidas se esse aluno não será prejudicado. A luta deles só está começando. A adolescente Larissa informa que a escola não fornece o Regimento Interno e diz que a escola esconde o Regimento. Sobre a eleição do Conselho tutelar pergunta se o candidato podia pedir voto dentro da escola e observa que alguns conselheiros parecem mais violar do que lutar pelos direitos. Edmir esclarece que não pode e que caberia denunciar esse candidato onde havia a guarnição policial. Enfatiza que não chegou nenhum tipo de impugnação por conta disso à Comissão. Marly Carvalho, da ONG Concidadania fala sobre a necessidade de recomposição da Comissão pois representante da área central não participa e precisa de um suplente para os morros e um titular e dois suplentes para a Zona Leste. Sugere pautar para a próxima AGO. Fala ainda do

51 movimento em relação a mudança do Ensino Médio e pergunta como este CMDCA vai
52 pautar essa questão junto ao Conselho da Juventude e Conselho de Educação para que
53 se amplie esse debate na cidade. Finaliza dizendo que a sociedade precisa entender que
54 mudança é essa. O presidente Carlos Mota solicitou uma discussão ampla a ser
55 coordenada pela COJUV, CMDCA, Diretoria de Ensino do Estado, Conselho de Educação
56 e que se entenda o cenário. A Sra. Rosete Itagyba, Diretora da Escola Estadual Prof.
57 Fernando de Azevedo, mencionada anteriormente solicita a palavra para esclarecer que é
58 necessário o CMDCA se empoderar da legislação estadual. Precisa saber sobre o que se
59 baseia. As escolas estaduais são regidas por leis estaduais. Existe um limite de alunos
60 por metro quadrado em sala de aula e a classe só cabe 32 alunos porque tem um palco
61 de 1,30m na frente da sala e mais o espaço para o auxiliar da inclusão. Assim só
62 comporta 34 pessoas. A questão de transferência está no sistema PRODESP. O que
63 ocorreu é que no terceiro ano tinha excesso de alunos e conforme se transfere vão
64 redistribuindo o aluno para adequar ao número exigido por lei e é o que foi feito com o
65 Paulo. Esclarece ainda que o aluno não a procurou e ela está lá todos os dias. Diz que a
66 escola não foi comunicada que havia um jovem participando da Comissão e questiona
67 como poderia fazer retaliação se nem sabia. O presidente Carlos Mota fala que houve
68 uma ação na justiça e que não cabe essa discussão aqui. Rosete convida a todos para
69 conhecer a escola e a Mostra Cultural que será realizada pelos alunos da escola pois o
70 Regimento é muito frio. Precisa ver o que existe dentro da escola que tem o melhor Idesb,
71 colocação no mercado de trabalho, entram na universidade, contrato com CIEE. A escola
72 tem uma qualidade. O Estado tem muito a fazer pelos jovens e não é com esse
73 enfrentamento que vai resolver pois as diretoras tem um papel solitário. Quem é da
74 educação sabe disso. Cita a legislação e Resolução 51 do Estado e ressalta que a escola
75 não escolhe o aluno e que é o sistema que normatiza quando é feita a inscrição para
76 alunos de escolas particulares. Quando o sistema abre no início do ano para alunos de
77 escolas públicas já não tem mais vaga. Desabafa que fica ressentida com essas
78 colocações pois é uma escola de qualidade, com um equipe altamente comprometida e
79 onde há o mínimo de falta de professores ou licença. Dra Adriana Jandelli fala sobre a
80 questão de “analisar a legislação” pois apesar da legislação estadual o que prevalece é o
81 disposto no ECA. É uma injustiça esses meninos serem ceifados dos seus direitos e de se
82 manifestarem. Todos sabem que essa história começou na Conferência onde eles
83 ousaram falar e protagonizar e nós somos um colegiado passivo e estamos acima de
84 qualquer lei. “A história dessa escola vem há muitos anos mas não estamos tendo
85 competência para garantir o direito deles. Tiveram que ir ao Promotor e isso é
86 inconcebível.” Propõe como encaminhamento que o CMDCA tem a obrigação moral de
87 informar que tudo o que os meninos fizeram está dentro do direito deles de protagonistas.
88 O presidente Carlos Mota concorda sobre a questão de o ECA e Estatuto da Juventude
89 referendarem o protagonismo infantil e parabeniza quem trabalhou intensamente
90 pela criação da Comissão que é exatamente para isso, para que tenham voz aqui ou em
91 qualquer outra esfera administrativa ou judiciária. Em relação a Sra. Rosete fala que o
92 que se propõe não é o enfrentamento mas avanços através do diálogo e por mais que as
93 questões sejam divergentes na esfera administrativa, já é um avanço. Não concorda com
94 Dra. Adriana de que o CMDCA é passivo pois o conselho desde o primeiro momento
95 acompanhou todo o procedimento junto ao Ministério Público. Adriana fala que o trabalho
96 delas tem que ter respaldo do Conselho e a Flavia teve que ir ao Promotor pois a situação
97 foi ficando grave, e é essa garantia que está questionando com a falta de proteção. Carlos
98 Mota não concorda com a falta de proteção pois se os mecanismos não são suficientes, o
99 CMDCA não tem poder para extrapolar nossa esfera pois não toma decisão judicial nem
100 tem poder de liminar para tal. O que tratamos no conselho é do interesse coletivo e entrar

11
12
13
14

101 em questões individuais não é aqui. Carlos Mota fala que não podemos revitimizar
102 trazendo as questões individuais a este colegiado. Flavia deixa claro que os adolescentes
103 se sentem protegidos com o acompanhamento que tiveram dela mas fica pensando
104 naqueles que não tem esse apoio. O presidente Cacá entende que é necessário se
105 propagar e ampliar a ação da comissão. **Item 3 – Relatos dos Conselhos Tutelares:**
106 Registre-se que a única conselheira presente é a Sra. Taís Aguiar. A mesma justifica que a
107 conselheira Sandra está em cirurgia. Solicita respostas em relação a Saúde Mental pois
108 precisa se chegar em juízo para ter direito da saúde mental. Cada vez mais crianças de
109 tenra idade e muitas vezes tem que usar medida de acolhimento pra garantir o direito à
110 vida porque a saúde não está garantindo. A política da saúde é atender quem já está em
111 sofrimento e questiona “O que faz com o depressivo ou que apresentam problemas
112 comportamentais” Os nossos filhos levamos no psicólogo e os demais? Diz que precisou
113 a Secretaria de Assistência Social chamar representante da Secretaria de Saúde para
114 esta participar de uma reunião de rede. O mesmo acontece quanto ao convênio com o 30
115 de Julho. Não teve reunião por desculpa de agenda. O Sr. Renato Pastorelo, da
116 Secretaria de Saúde disse no COMAD que teve reunião com Natália sobre o diagnóstico
117 e a fila de espera para o atendimento. O Sr. Pastorello conversou com a entidade para
118 alterar convênio diminuindo no diagnóstico e aumentar no atendimento mas não é
119 possível essa adaptação. Não há representante da Saúde nesta AGO. Taís enfatiza que
120 essa questão é muito séria porque impacta diretamente na educação. Taís fala ainda de
121 um evento que ocorreu no CONCAIS autorizado pela Prefeitura e houve incidência
122 grande no PS da Zona Leste nessa ocasião por questão o álcool nesse evento. De uma
123 só vez chegaram duas ambulâncias no Pronto Socorro. O Fluxo do álcool não teve
124 interface com os funcionários e mesmo que isto exista é mais um fluxo que não está
125 acontecendo. O fluxo prevê, independente do estado do adolescente, o encaminhamento
126 e daí a necessidade de capacitação dos atores da Rede. O mesmo em relação a
127 aplicabilidade da Ficha FICAI. Informa ainda que foi na reunião da Rede Sementeira para
128 falar das funções do Conselho Tutelar. Observa que está diminuindo o envio das fichas e
129 estão informando do cancelamento mediante a portaria da SEDUC. Essa portaria não
130 pode estar na contramão do ECA e isso é violação institucional, aliás o maior violador é o
131 Estado. Luci Freitas sugere discussão conjunta com o Comitê do “Crack é possível
132 vencer” pois vão juntar o CAPS I com CAPS ADIII e ela foi a única que contestou. Taís
133 fala que em relação ao NAI o mesmo não envia o retorno ao Conselho Tutelar, assim os
134 prazos não estão sendo cumpridos e há um aumento de reincidência quando compara o
135 adolescente que volta é o mesmo. Quanto ao uso de álcool e drogas não tem busca ativa
136 da Saúde. Dra. Adriana Jandelli, da Associação Leda fala sobre a festa do CONCAIS e o
137 encaminhamento da questão trazida na AGO anterior sobre álcool na praia (canal 5) com
138 aproximadamente 300 jovens e a PM só ficou olhando sem uma ação efetiva. Edmir diz
139 que isto nos remete ao Fluxo de Álcool e Drogas. Dra. Adriana esclarece que em relação
140 ao CAPS ADI não tem previsão e ao que se sabe o promotor está executando a multa.
141 Rose da Seduc informa quanto ao RN e que o aluno tem matrícula enquanto não for
142 realizada a busca. Em 30 dias o aluno não é desligado. Taís comenta o caso de criança
143 diabética que não foi a escola por motivo de saúde e a supervisora mandou cancelar.
144 Explica que esse procedimento ocorre porque o cancelamento de vaga não dá nota baixa
145 na avaliação do IDEB como daria a evasão. Rose informa que fará o referenciamento com
146 os supervisores e vai reforçar com Sra. Mônica que é a Coordenadora das Supervisoras.
147 Sr. Geonísio Aguiar – Boquinha informa que leu no jornal “Folha de São Paulo” uma nota
148 sobre saúde mental em que Santos tem o maior índice de suicídio e dentro da faixa de 18
149 a 24 anos. O Conselho precisa cobrar ações da Secretaria de Saúde, tendo em vista
150 esses dados, principalmente porque a questão do suicídio em muitos casos é abafado.

15

3

151 Diz ainda que participou do 4º trimestre da Saúde e cobrou em audiência pública sobre
152 CAPS AD-I e não tem previsão. Contextualiza que antes não tinha área e hoje tem área e
153 recursos financeiros e aí justificam que não tem recursos humanos. Fala da ação do MP
154 sobre a questão e diz que não há vontade política para se resolver. Luci propõe envolver
155 COMAD. Boquinha diz que não adianta esperar muito do COMAD. Propõe que o CMDCA
156 reitere a Secretaria de Saúde quando isso vai sair. Conversou com o Renato Pastorello
157 que se a dificuldade é custo, que se falasse com o CMDCA para liberar dinheiro do
158 FMDCA. Complementa que o representante da saúde nunca aparece neste Conselho e é
159 necessário providências nesse sentido. Deve questionar sobre a ausência corriqueira da
160 Saúde neste colegiado. Luci diz que tem 19 milhões de reais para Santos do Programa
161 Crack é possível vencer mas o município não recebe porque não cumpre as
162 condicionalidades. Sobre as festas no CONCAIS Cristina da CODESP fala que tem
163 conhecimento de ação do MP do Ceará sobre o desvio de finalidade do terminal de
164 passageiros. Se compromete como representante da CODESP verificar mas ressalta
165 que o terminal é particular e não tem relação com a CODESP.

166 A jovem Larissa fala que as festas não ocorrem somente no CONCAIS ou praia mas em
167 casas fechadas e alugadas, com piscinas em que a situação é ainda pior com uso de
168 bebida e drogas. Viviane do CAMPS diz que atualmente se observa nessas festas e open
169 bar a presença de “carimbadores” que são jovens que frequentam esses espaços e levam
170 preservativos lacrados com vírus HIV e esta informação é confirmada pelo CTA -Centro de
171 Testagem e Aconselhamento. Bianca Aguiar fala sobre os ambulantes que ficam do lado
172 de fora e em função dessas festas vendendo e os jovens saem quase em coma alcoólica.
173 Taís fala sobre os promotores acerca do trabalho infantil.

174 Carlos Mota propõe que este assunto seja levado para Força Tarefa e divulgação
175 constante. Dra. Adriana fala que tem que enfrentar esses eventos com ações coletivas
176 como nos casos da praia e que precisam de maior fiscalização e proteção pra esses
177 adolescentes. Não é possível cuidar de tudo, de casas com piscinas etc, mas alguns
178 pontos como no Extra em que foi feita uma ação efetiva, precisa ter essa fiscalização.
179 Cláudia Diegues fala da situação na Praia Grande sobre casa onde ocorria a exploração
180 infantil e a Polícia invadiu a casa e fechou antes que funcionasse. Carlos Mota fará a
181 articulação para reunião entre CMDCA, Comissão Infanto Juvenil, COMAD, CMJ,
182 COJUV, SEFIN, SAÚDE, Polícias Militar e Civil e coordenação da SESEG para tratar
183 dessa questão. Regina Passos sobre o IDEB considerar a evasão e desistências,
184 incorporar isso na leitura do município pois entende que está equivocada.

185 **Item 4 - Relatos dos representantes dos Conselhos e Comissões - Comitê**
186 **Municipal de Prevenção ao Óbito Materno, Fetal e Infantil de Santos** - a Dra. Adriana
187 informa que a comissão discute o diagnóstico com o prontuário da mãe. Avaliam a
188 procedência da criança, se é de Santos ou não e como dado estatístico é considerado no
189 município da residência da mãe. Entende que é mais uma questão de estatística do que
190 de preocupação com a situação da mãe. Solicita que que mais algum conselheiro
191 participe da reunião juntamente com ela para analisar se o foco é estatística ou o
192 atendimento em si. A conselheira tutelar Taís fala que em uma das reuniões se
193 apresentou um estudo em que a maioria da mortalidade se dá por causas evitáveis e que
194 é feita a leitura de hospitais particulares, de acompanhamento do pré- natal. Edmir fala
195 que as crianças são prejudicadas pelo retardamento do parto. O presidente Carlos Mota
196 se prontificou a ir na reunião juntamente com a Dra. Adriana. A coordenadora do Comitê
197 é a Dra. Regina Braghetto. **CM – PETI – Comissão Municipal de Erradicação do**
198 **Trabalho Infantil**– Marly Carvalho, representante da ONG Concidadania informa que
199 fizeram discussão do relatório da ASSPE, responsável pelo trabalho com os educadores
200 da equipe de rua. Tiraram uma comissão para análise do relatório. Em discussão

preliminar avaliaram que uma equipe só na cidade fica difícil e tem período das 22h às 7h que não tem educadores mas a equipe da SEAS faz abordagem e acaba atendendo ocorrência nesse horário. É preocupante ter somente uma equipe durante o dia para a demanda do município. Este é um ponto que vai trazer ao CMDCA na próxima AGO com dados compilados. Rejane, representante da Secretaria de Assistência Social informa que acompanha mensalmente os dados da ASSPE e avaliação do mês. Trata-se de um Relatório excelente e a partir da leitura faz encontros com as equipes para alinhar as ações com a Guarda Municipal e SECAD. A partir do que os técnicos apresentam de dados da vivência diária, alinham o trabalho da equipe de abordagem. É insuficiente a equipe para a demanda, em especial para o verão que está chegando. Luci informa que amanhã haverá apresentação do relatório da ASSPE na reunião do CM-PETI. Marly Carvalho informa ainda que é representante do CMDCA no CM- PETI e quer saber quem pode assumir o CM- PETI pois está impossibilitada de acompanhar. Viviane do CAMPS se coloca à disposição, sendo eleita por unanimidade. **CEVISS- Comissão de Prevenção e enfrentamento à violência Sexual Infanto Juvenil** - Cláudia Diegues informa que a reunião foi adiada por causa da eleição do Conselho Tutelar. Tratam da alteração do decreto da CEVISS. Produziram 1500 cartilhas para evento em novembro. A próxima reunião será realizada dia 22 de outubro às 9h. Discutiram o projeto sobre a exploração sexual para enviar a este conselho. Taís complementa que é mais do que urgente uma equipe diferenciada porque é uma situação velada. **Item 5 – Revalidação do Registro da ESPRO – Ensino Social Profissionalizante:** O Sr. Wilson, Assistente Social da SEPACOM informa que a documentação está em dia e de acordo com a RN. Foi realizada visita com Márcia da SEDUC. Tem aproximadamente 13 adolescentes. O Representante da entidade Sr. Reinaldo faz uso da palavra e informa que atendem aproximadamente 60 jovens que recebem o salário mínimo hora. Estão procurando local para ampliar o atendimento de sócio aprendizagem. Diz ainda que a entidade tem 70 filiais em todo o território nacional e em Santos atendem uma média anual de 120 jovens de 14 a 24 anos. O jovem se cadastra e faz entrevista com Assistente Social. A entidade é de utilidade pública e a matriz fica em São Paulo na Praça da República. O foco do projeto é administrativo e todos são registrados no Ministério do Trabalho e a maior parceria é com bancos. A demanda é por busca espontânea (lei do aprendiz) e a entidade fica em espaço da UNISANTOS, na Av Conselheiro Nébias 300. O sítio eletrônico é www.espro.org.br. **APROVADO**. O presidente solicita aprovação para inserção de item de pauta do Relatório do Projeto Colibri, sendo **Aprovado Item 6 – Relato do Projeto Colibri:** O Sr. Sérgio, representante da entidade UACEP apresenta a equipe composta pelo assistente social Maria Lindomar, professor de educação física Felipe Pedrosa, psicóloga Márcia Almeida e o educador João. Informa que ficam dentro da UME Andradas e atendem crianças infrequentes. **Faz parte desta Ata o relatório apresentado pela entidade.** A Assistente social informa que é assinado um termo de consentimento da família. Nas visitas tem o relato da família e da criança. O Sr. Boquinha parabeniza o uso da logomarca do CMDCA pela entidade e observa o percentual de 25% de crianças com depressão, isto demonstra uma grande preocupação em relação a saúde mental. Questiona de onde vem essa análise da depressão e se tem referência com a saúde. O Sr. Sergio responde que uma das metas era estreitar com a saúde. Dentro do projeto tem a psicóloga mas carece de envolvimento da Secretaria de Saúde. Também observam alto número de autistas. Edmir em relação ao autismo fala que existe uma para cada 86 crianças no Brasil. Viviane do Camps faz a observação, com base nos dados apresentados, de 52% de infrequência em relação a trabalho e essa faixa etária é ilícita para o trabalho. Sérgio dá um exemplo de um pai que tem oficina de mecânica e a criança trabalha com ele e o pai não permite que o filho volte a estudar. Quando o projeto

identifica casos como este relata ao Conselho tutelar que encaminha ao CREAS/CRAS. Marly Carvalho pergunta se o aluno sabe que pode trabalhar e continuar estudando? Reforça que não existe Conferência de Educação e que isto é um erro. É realizada só com pessoal da rede de educação mas entende que a sociedade precisa discutir a educação. Edmir que representa a UACEP diz que foi juntamente com a Pastoral do Menor idealizadores do Projeto. Não foi previsto recursos para as visitas que ficam longe da base. Parabeniza o comprometimento e o resultado exitoso. Cristina da CODESP diz que o projeto atinge o adolescente que mesmo sabendo que já está reprovado pelo número de faltas continua estudando. Ana Lúcia, da SECULT complementa que visitou o projeto e diz que os professores se apropriam da vida do adolescente e sabem o que está ocorrendo na residência do aluno e conversa com os pais. Dra. Adriana Jandelli reforça que não vão sair com depressão mas com tristeza profunda pois caímos na balela de acreditar que a FICAI chegaria a isso e agora tem um projeto que está dando certo. Todo projeto aprovado tende a fazer uma exigência ao Poder Público e uma esperança de transformar um projeto tão exitoso como este em política pública. O Sr. João, colaborador do projeto esclarece que o segredo do projeto é não apontar o problema aos pais dos alunos mas ajudar, não se deve pressionar a família. O intuito é ouvir e a partir da escuta dar uma solução. Regina Passos foi visitar o projeto que é muito acolhedor e acabou ficando numa aula. Rose da Seduc sugere dividir por faixa etária.

Item 7– Apreciação e deliberação da solicitação de alteração de atividades do Proejto do CAMPS - Wilson explica que uma atividade não tinha demanda e pediram para alterar a atividade de karatê para tênis de mesa. Viviane do CAMPS explica que o projeto é esporte cultura e lazer ou seja não muda o objetivo do projeto. Tem 48 jovens inscritos na atividade. **Aprovado.**

Item 8– Apreciação e Deliberação da Minuta da Resolução Normativa sobre a aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Santos – FMDCA: Após leitura e propostas de adequação deu-se por **Aprovada** a Resolução.

Item 9– Apreciação e deliberação da Minuta do Edital para financiamento de Projetos com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA - Após leitura e propostas de adequação deu-se por **Aprovado** o Edital. O presidente ressaltou que o Sr. Wilson, Assistente Social estará à disposição para prestar os esclarecimento necessários às entidades e órgãos que apresentarem projetos.

Item 10– Apreciação e Deliberação do projeto apresentado pela Comissão Infanto Juvenil: Marly Carvalho da ONG Concidadania apresenta a proposta que trata da remuneração da técnica que vem atuando junto a Comissão, Sra. Flávia Lima. Ficaram aguardando alternativa prática até o final do ano e ver se alguma entidade abraça a questão num formato melhor. A proposta é de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) para três meses – **APROVADO.**

Item 11- Relatos da Diretoria Executiva – A Secretaria Helenice informa que todos os itens discutidos pela Executiva foram pautados para esta AGO.

Item 12 – Relatos das Câmaras Setoriais – Câmara Financeira – o saldo do do Fundo em 30/09/2015 é de R\$ 2.851.727,20 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, setecentos e vinte e sete reais e vinte centavos). **Câmara de Planejamento** – Sr. Wilson fala sobre o remanejamento solicittdo pela Entidade Gota de Leite em que a entidade entendeu manter a solicitação anterior pois não teria tempo para atender a solcitação da Câmara Financeira. Após as devidas explicações ficou aprovado remanejamento parcial sendo R\$ 3.600,00(três mil e seiscentos reais) para divulgação, R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) para eventos externos e R\$ 2.940, 00 (dois mil, novecentos e quarenta reais) para eventos internos, totalizando R\$ 13.140,00 (treze mil, cento e quarenta reais). **Aprovado.**

Item 13 – Assuntos Gerais – Edmir agradece em nome da Comissão Eleitoral a todos que participaram nos preparativos da eleição, em especial a equipe da Comissão e da

31

32

33

34



7

301 Casa. Regina Passos comunica a pauta do Forum da Criança e Adolescente que vai
302 tratar da redução da maioridade penal. Rejane, da SEAS informa sobre o evento da CM
303 PETI dia 16/10 “ Encontro de Conscientização e Mobilização sobre o Trabalho Infantil”,
304 que será realizado na Associação Comercial de Santos, juntamente com o lançamento da
305 Campanha. Comunica que dias 1 e 2/11, período de finados, a Equipe de abordagem de
306 rua fará ações específicas nos cemitérios para conscientização. Daniel Lemos sugere a
307 utilização de crachá no CMDCA para os conselheiros utilizarem nos momentos de
308 votação em assembleia. Registre-se ainda as contribuições trazidas pela Sra. Luci
309 Freitas: matéria publicada no jornal A Tribuna de 07/10/2015 sobre a coluna semanal
310 Agenda Cidadã que completou 10 anos e cuja criação contou com sua articulação e
311 participação ativa. A Coluna veio contribuir no incentivo e participação da população nas
312 ações de cidadania. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença de
313 todos e deu-se por encerrada a assembleia às 13h05. Eu, Helenice Fontes Alves, 1ª.
314 secretária lavrei a presente ata.

315

316

317

318

319

CARLOS ALBERTO FERREIRA MOTA

Presidente

HELENICE FONTES ALVES

1ª Secretária

35

7